



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO – SP

PROCESSO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES
EDITAL Nº 001/2026 - MANDATO ATÉ 09 DE JANEIRO DE 2028

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

Data da Aplicação: ____/____/2026 - Horário: ____ às ____ Local: _____

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

RG:

CPF:

Assinatura:

ORIENTAÇÕES GERAIS

Leia atentamente as instruções antes de iniciar a prova.

1. Esta avaliação integra a segunda etapa do Processo Suplementar de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes do Município de Cruzeiro/SP.
2. A prova possui caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha.
3. Cada questão contém 04 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma correta.
4. A duração total da prova será de 02 (duas) horas, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
5. O candidato deverá utilizar exclusivamente caneta esferográfica azul ou preta para responder às questões e preencher o cartão de respostas.
6. Não serão aceitas rasuras, marcações duplas ou preenchimento incompleto no cartão de respostas.
7. O candidato deverá conferir o caderno de questões antes de iniciar a prova e comunicar imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.
8. É proibida qualquer forma de consulta, comunicação entre candidatos ou utilização de equipamentos eletrônicos.
9. Os aparelhos celulares deverão permanecer desligados durante todo o período de realização da prova.
10. O candidato somente poderá deixar a sala após transcorrida 01 (uma) hora do início da prova.
11. Ao término da avaliação, o candidato deverá entregar obrigatoriamente o Cartão de Respostas e o Caderno de Questões ao fiscal de sala.
12. Será considerado habilitado para a próxima etapa o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na prova.

QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

1. No que se refere às relações de sentido entre as palavras, assinale a alternativa em que o par apresentado estabelece uma relação de antonímia.
 - a) Conciso – sucinto.
 - b) Efêmero – duradouro.



- c) Eminente – ilustre.
- d) Contíguo – adjacente.

2. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente segundo o Acordo Ortográfico.

- A) Ideia – plateia – assembleia.
- B) Idéia – platéia – assembléia.
- C) Idéia – plateia – assembléia.
- D) Ideia – platéia – assembleia.

3. Analise as afirmativas sobre sinônimos e antônimos:

- I. Sinônimos são palavras com significados opostos.
- II. Antônimos podem ser utilizados para criar contrastes em um texto.
- III. Sinônimos enriquecem o texto ao evitar repetições desnecessárias.

Pode-se afirmar que

- A. apenas a afirmativa I está correta.
- B. apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C. apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D. as afirmativas I, II e III estão corretas.

4. Assinale a alternativa em que há emprego de sentido figurado.

- A) O livro está sobre a mesa.
- B) O aluno abriu o caderno.
- C) O vento derrubou a árvore.
- D) Aquele servidor é o coração da equipe.

5. Na frase “Os alunos estudaram para a prova”, o sujeito é:

- A) Estudaram.
- B) Prova.
- C) Para a prova.
- D) Os alunos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

6. A doutrina da proteção integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 227 da CF, que resultou na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base no paradigma da proteção integral, julgue os itens a seguir.

- I. Princípio de cooperação refere-se à atuação da família, da sociedade e do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente.
 - II. A dignidade da criança em condição peculiar de desenvolvimento é espelhada pela cidadania.
 - III. Há absoluta intolerância com todas as formas de vitimização da criança e do adolescente.
 - IV. A lei garante a ampla defesa, limitando os poderes do antigo juiz de menores.
- Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e IV.



7. O “Estatuto Digital da Criança e do Adolescente” (ECA Digital) reconhece que a proteção no ambiente digital não se limita a medidas técnicas, mas envolve processos formativos que contribuam para o uso consciente, crítico e responsável das tecnologias por crianças e adolescentes. O texto a seguir é uma síntese do Artigo 4º do “Estatuto Digital”. Preencha CORRETAMENTE as lacunas do texto a seguir, de acordo com o Artigo 4º em foco: “A utilização de produtos e serviços digitais deve promover a _____ digital, com foco no desenvolvimento da _____ e do senso _____ para o uso seguro e responsável da tecnologia, respeitando a condição de pessoa em _____ e garantindo a proteção integral de seus direitos.”

- a) fiscalização / autonomia / técnico / adaptação
- b) educação / cidadania / crítico / desenvolvimento
- c) regulamentação / neutralidade / instrumental / formação
- d) instrução / produtividade / operacional / capacitação

8) O avanço das tecnologias de comunicação digital vem multiplicando as formas de vitimização de crianças e adolescentes. Buscando ampliar a proteção diante dessas novas ameaças, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem passado por sucessivas atualizações. Dentre aquelas já incorporadas em seu texto, pode-se citar a:

- a) criação de programas de prevenção e combate a práticas de intimidação na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), com a punição rigorosa dos agressores e responsabilização das empresas que propaguem mensagens ou imagens cruéis.
- b) possibilidade de infiltração de agentes de polícia na internet para a investigação de crimes contra a vida, saúde, honra e dignidade sexual de criança e de adolescente.
- c) responsabilização do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, quando se tratar de infração às normas de proteção à criança e ao adolescente.
- d) tipificação, como crime, da conduta de corromper menor de 18 anos induzindo-o, por meio do uso de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet, a praticar infração penal.

9. Verificada a prática de ato infracional por adolescente, poderão ser aplicadas as seguintes medidas socioeducativas, EXCETO:

- a) Advertência.
- b) Obrigação de reparar o dano.
- c) Prestação de serviços à comunidade.
- d) Prisão em estabelecimento penal comum.

10. Considera-se família extensa ou ampliada aquela que:

- a) É formada apenas pelos pais e seus filhos.
- b) Se estende para além da unidade pais e filhos, incluindo parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- c) É composta exclusivamente pelos avós.
- d) Inclui apenas parentes consanguíneos até o segundo grau.

11. O prazo máximo para reavaliação da situação de criança ou adolescente em acolhimento institucional deve ocorrer, no máximo, a cada:

- a) 3 meses.
- b) 6 meses.
- c) 12 meses.
- d) 24 meses.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO – SP**

12. Em caso de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, os profissionais de saúde e educação devem comunicar o fato:

- a) Ao Conselho Tutelar.
- b) À Defensoria Pública.
- c) Ao Poder Legislativo Municipal.
- d) À Secretaria Estadual de Educação.

13. É atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Julgar ações de perda do poder familiar.
- b) Aplicar medidas de proteção à criança e ao adolescente.
- c) Decretar a adoção de crianças e adolescentes.
- d) Aplicar pena criminal aos responsáveis.

14. O Conselho Tutelar é encarregado de:

- a) Executar políticas públicas de assistência social.
- b) Fiscalizar exclusivamente as escolas do município.
- c) Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente
- d) Realizar processos de adoção.

15. Antes da colocação em família substituta, deverá ser priorizada:

- a) A permanência indefinida em acolhimento institucional.
- b) A colocação imediata em adoção.
- c) A reintegração à família natural ou extensa.
- d) A transferência para outro município.

16. Em relação à família natural, assinale a alternativa correta:

- a) A falta ou carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar.
- b) A pobreza da família autoriza automaticamente a adoção da criança.
- c) A criança deve ser afastada da família sempre que houver dificuldades econômicas.
- d) A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

17. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo:

- a) Mediante autorização judicial.
- b) Com autorização verbal de familiar.
- c) Com autorização do Conselho Tutelar.
- d) Quando possuir documento de identidade.

18. De acordo com a Lei Municipal nº 5.235/2022, o Conselho Tutelar de Cruzeiro-SP é definido como:

- A) Órgão temporário, subordinado ao Poder Judiciário, responsável pela aplicação de sanções aos adolescentes em conflito com a lei.
- B) Órgão permanente e autônomo, integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- C) Órgão consultivo da Secretaria Municipal de Educação, responsável por elaborar políticas públicas voltadas à infância.
- D) Órgão vinculado ao Ministério Público, com competência para julgar infrações praticadas contra crianças e adolescentes.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO – SP**

- 19. Conforme a Lei Municipal nº 5.235/2022, a função de membro do Conselho Tutelar exige que o conselheiro:**
- A) Exerça dedicação exclusiva durante o período de trabalho, incluindo os plantões, sendo vedado o exercício concomitante de outra atividade pública ou privada remunerada nesse período.
 - B) Exerça suas atividades apenas durante o expediente administrativo, sendo facultativa a participação em plantões.
 - C) Possa acumular livremente cargos públicos e atividades privadas remuneradas, desde que haja autorização do CMDCA.
 - D) Trabalhe exclusivamente em horário comercial, sem necessidade de regime de plantão.
- 20. De acordo com a Lei Municipal nº 5.275/2023, o atendimento do Conselho Tutelar deve ocorrer:**
- A) Somente em dias úteis, durante o horário de expediente.
 - B) Apenas quando solicitado pelo Poder Judiciário.
 - C) De forma ininterrupta, por meio de jornada de trabalho e escalas de plantão.
 - D) Apenas em casos de urgência.
- 21. De acordo com a Lei Municipal nº 4.735/2018, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão:**
- A) Consultivo e subordinado ao Poder Executivo.
 - B) Deliberativo, resolutivo, fiscalizador, consultivo e controlador da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.
 - C) Exclusivamente fiscalizador das entidades de atendimento.
 - D) Vinculado ao Poder Judiciário.
- 22. Segundo a Lei Municipal nº 4.735/2018, o CMDCA é composto por:**
- A) 10 membros, sendo 5 representantes do Poder Público e 5 da sociedade civil.
 - B) 12 membros, todos indicados pelo Poder Executivo.
 - C) 16 membros, sendo 8 representantes do Poder Público e 8 representantes da sociedade civil, com respectivos suplentes.
 - D) 20 membros, eleitos pela população.
- 23. A Lei nº 14.344/2022 Lei Henry Borel, tem como principal objetivo:**
- A) Regular a adoção de crianças e adolescentes.
 - B) Criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
 - C) Disciplinar exclusivamente as medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes.
 - D) Regular o funcionamento dos Conselhos Tutelares.
- 24. De acordo com a Lei nº 13.010/2014, Lei Menino Bernardo, considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta que:**
- A) Cause apenas prejuízo patrimonial à criança.
 - B) Humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou o adolescente.
 - C) Seja praticada somente por professores.
 - D) Ocorra apenas no ambiente escolar.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO – SP

25. A Lei nº 13.010/2014 assegura à criança e ao adolescente o direito de:

- A) Receber educação exclusivamente no ambiente escolar.
- B) Ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.
- C) Receber medidas disciplinares definidas pelos pais, inclusive castigos físicos moderados.
- D) Ser submetido a punições físicas quando houver finalidade educativa.

Atenção! Confira atentamente se todas as questões foram respondidas e se seus dados de identificação estão corretamente preenchidos. Após finalizar a conferência, entregue a prova ao fiscal e permaneça em silêncio até ser autorizado a deixar o local.